



Diário do Alentejo

ANO LXVII Nº 860 (II SÉRIE) • 16 A 22 DE OUTUBRO DE 1998 • JORNAL REGIONALISTA INDEPENDENTE • DIRECTOR INTERINO: CARLOS LOPES PEREIRA • SAI ÀS SEXTAS-FEIRAS • 130\$00 • TAXA PAGA 7800 BEJA

em foco

Mais de 400 pessoas de diferentes quadrantes estão inscritas no X Congresso Extraordinário sobre o Alentejo que, amanhã, sábado, se realiza na vila de Serpa para debater o modelo e o funcionamento da futura Região Alentejo



Alentejo em Congresso



“Regiões administrativas – factor de coesão e desenvolvimento” é o lema do X Congresso Extraordinário sobre o Alentejo convocado para amanhã, em Serpa. Dois grandes temas serão abordados: “Órgãos regionais – competências e atribuições, financiamento e relações institucionais”; e “A Região como factor de desenvolvimento”. Os trabalhos decorrerão em plenário, ao longo do dia de sábado, e foram convidadas diversas personalidades para introduzir os debates: Carmelo Aires, vereador do PSD

na Câmara de Évora, Rogério de Brito, presidente do Conselho da Região, Joaquim Miranda, eurodeputado do PCP, Bento Rosado, gestor do PORA, Rosa Fernandes, presidente do Instituto Politécnico de Beja, Josué Caldeira, assessor da AMDE, e Margarida Cancela de Abreu, directora regional do Ordenamento do Território. O Congresso de Serpa pretende abordar concretamente o modelo e a forma de funcionamento da futura região do Alentejo e o seu papel no desenvolvimento. págs. 2 e 3

regiões

Movimento pelo Sim mobilizado

Os defensores do Sim no Alentejo estão mobilizados para as últimas três semanas de esclarecimento do eleitorado antes do referendo de 8 de Novembro. Dizem que “não basta ter razão”, é preciso que as pessoas votem pelo Alentejo. págs. 4 e 5



beja

Campanha pelo Não é “fascizante”

Vitalino Canas, dirigente nacional do PS e colaborador próximo de António Guterres no Governo, esteve em Aljustrel na festa dos socialistas bejenses. Afirmou que a campanha do Não “não é mais do que uma campanha fascizante”. pág. 8



centrais

Uma região Alentejo é vantajosa

Luciano Caetano da Rosa é um bejense que vive e trabalha na Alemanha. Professor universitário, vem sempre que pode à terra natal. Em entrevista, defende que “um só Alentejo é vantajoso para as pessoas da região e do País”. págs. 16 e 17

editorial

Mais democracia

Não foi preciso esperar pelo Prémio Nobel da Literatura agora atribuído a José Saramago para que entre o escritor e o Alentejo se tenha tecido uma relação de amor. Há muito, quando “veio o tempo em que a planície e as colinas alentejanas se puseram a estremecer de um gozo novo, quando abrir a terra para depor a semente se tornou em acto sacral, quando os homens e as mulheres repetiam os gestos antigos e os encontraram novos”, Saramago andou por aqui, a escrever um livro, a levantá-lo do chão. A cantar a gesta dos trabalhadores sem terra, esmagados pelo latifúndio, em luta por pão e trabalho.

Por existir essa cumplicidade, e por todas as razões, os alentejanos sentem-se particularmente orgulhosos com a consagração mundial da obra literária de Saramago.

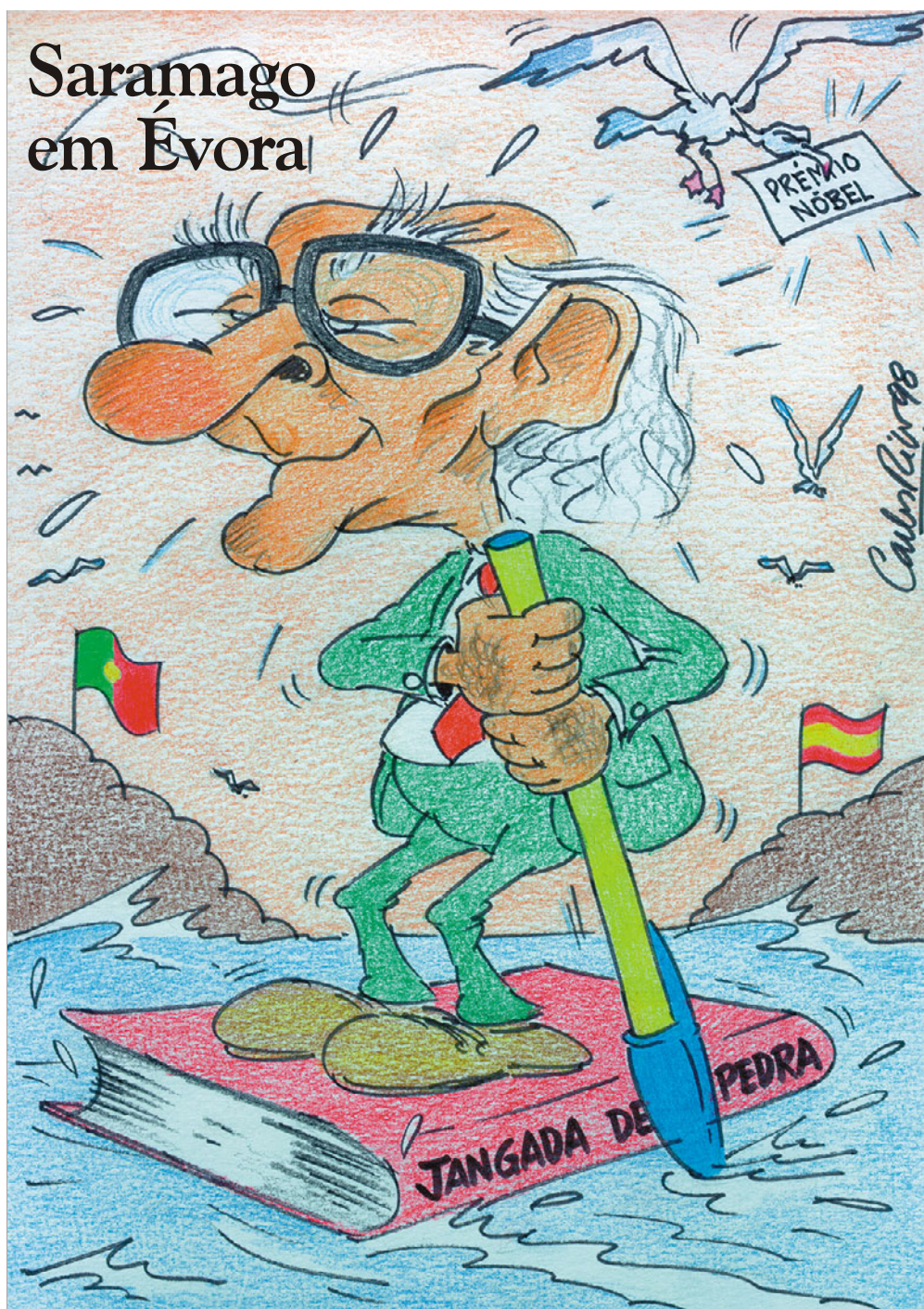
A três semanas do referendo sobre a instituição das regiões, os alentejanos vão debater mais uma etapa do seu futuro colectivo. No Congresso de Serpa, o que se coloca no centro das discussões é o modo como a Região Alentejo vai funcionar e qual a contribuição da nova autarquia para um melhor e mais rápido desenvolvimento.

É verdade que a batalha da regionalização ainda não está ganha e que, até 8 de Novembro, há ainda muito que informar, esclarecer, mobilizar. Mas parece certo que, no Alentejo e em todo o País, cada vez mais cidadãos sabem já hoje que, com uma vitória inequívoca do Sim, ficarão criadas condições para um Estado e uma sociedade mas democráticos. □

Carlos Lopes Pereira

cultura

Saramago em Évora



A abrir

Preservar o património

Terminam hoje, 16, os IV Encontros com o Património “Espiga d'Ouro” organizados pela Câmara Municipal de Beja com o objectivo de promover a reflexão e discussão sobre o estudo, recuperação, salvaguarda e valorização do património. Esta edição centrou-se nas temáticas da arqueologia urbana, da gestão e conservação do centro histórico e da conjugação da vida quotidiana com o património desse mesmo centro histórico. Como moderadores dos temas referidos estiveram Susana Correia, arqueóloga e da Direcção Regional de Évora do IPPAR; Conceição Lopes, arqueóloga e assistente do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Fernando Pinto, arquitecto e director regional de Edifícios e Monumentos do Sul; Vasco Massapina, arquitecto e membro do Conselho Superior de Obras Públicas; Carreira Marques, presidente da Câmara Municipal de Beja; e Miguel Lima, arqueólogo e director regional do IPPAR. Cerca de uma centena de individualidades ligadas à temática do património participaram neste encontro, designadamente arqueólogos e arquitectos, entre outros, dando o seu contributo para uma melhor valorização e preservação do património, definindo pontos fracos e fortes e apontando estratégias necessárias para a harmonização entre o passado e o presente, as quais deverão ter sempre em conta as pessoas e a sua qualidade de vida. Para além das mesas redondas, dos debates e das visitas técnicas a vários locais da cidade de Beja, foram ainda atribuídos os prémios municipais Beja 2000 e Rua Caiada. □

Alqueva: promoção do turismo

O Centro de Inovação e Iniciativas Turísticas de Alqueva (Citalqueva), estrutura recentemente criada no âmbito do empreendimento de fins múltiplos, será formalmente constituída na próxima terça-feira, pelas 11 e 30, em Alqueva, contando com a presença do ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, João Cravinho. A recém-criada estrutura assume-se como uma associação sem fins lucrativos que fará incidir a sua acção no ordenamento, realização, promoção e acompanhamento de acções e projectos de índole turístico. Fruto de um estudo promovido pela EDIA sobre a definição de um plano de desenvolvimento turístico na zona de intervenção do empreendimento de Alqueva, esta associação pretende constituir-se como um elemento de “concertação activa das estratégias dos diversos agentes actuantes no Alentejo, com interesse no sector”. A par da EDIA, são também promotores deste projecto as autarquias da área do regolfo da albufeira de Alqueva (Moura, Mourão, Portel, Reguengos de Monsaraz e Alandroal), as regiões de turismo de Beja e Évora, a Comissão de Coordenação da Região Alentejo e as Câmaras Municipais de Beja e Barrancos. □

Deputado do PCP em Vidigueira

O deputado comunista Rodeia Machado visita esta segunda-feira, 19, várias entidades no concelho da Vidigueira com o objectivo de recolher mais informação sobre os seus projectos e problemas. A acompanhá-lo vão estar António João Zacarias, membro do secretariado da DORBE do PCP, António Teles, responsável político pelo concelho da Vidigueira e membro da DORBE, Carlos Goes, membro da Concelhia do partido e presidente da Câmara Municipal local, e ainda José Soeiro, membro da Comissão Concelhia da Vidigueira e presidente da Assembleia Municipal local. O primeiro encontro está marcado para as 8 horas com os trabalhadores da Câmara Municipal, seguindo-se uma visita à Escola Profissional Fialho de Almeida, uma hora e meia mais tarde. Rodeia Machado concede depois uma entrevista à Rádio Vidigueira deslocando-se, às 11 e 30 horas, ao Centro de Dia de Vidigueira. Depois do almoço, os idosos continuam no périplo do deputado comunista e da sua comitiva com uma visita ao Centro de Dia de Vila de Frades. Às 17 horas, é a vez de uma deslocação ao Centro de Dia e de Apoio Domiciliário da Associação de Beneficência de Pedrógão do Alentejo. Por fim é promovida uma sessão de esclarecimento no Centro de Convívio de Pedrógão do Alentejo. □

Música clássica em Moura

A cidade de Moura está a ser animada, desde o passado sábado, por um Festival de Música Clássica organizado pela Câmara Municipal local. Depois da Orquestra do Teatro de S. Carlos, os adeptos da música clássica podem ver e ouvir amanhã, 17, o Coro de Câmara de Lisboa na Igreja de S. João Baptista, a partir das 21 e 30 horas. No próximo sábado, 24, é a vez de um concerto prestado pelo Quarteto Lusitano. Para encerrar o Festival, no dia 7 de Novembro, decorre um concerto de guitarra e canto com a participação do guitarrista José Farinha e da cantora Joana Godinho. □

Em foco

X CONGRESSO (EXTRAORDINÁRIO) SOBRE O ALENTEJO AMANHÃ EM SERPA

O Alentejo em debate

Mais de quatro centenas de congressistas têm já a sua presença confirmada no X Congresso (extraordinário) sobre o Alentejo, que amanhã, sábado, decorre no Cine-Teatro Municipal de Serpa. Um número bastante significativo que permite antever um dia de intenso debate e discussão, desta vez em torno do tema “Regiões Administrativas – Factor de Coesão e Desenvolvimento”.

Contrariando a normal periodicidade do Congresso sobre o Alentejo, esta sua décima edição surge na sequência da urgente necessidade de aprofundar o debate sobre os vários aspectos inerentes às regiões administrativas, cuja instituição em concreto será decidida pelos portugueses no referendo nacional de 8 de Novembro. Neste sentido, e para esclarecer e mobilizar as populações relativamente a esta reforma administrativa do Estado português, foi pensado um encontro que pudesse reunir em torno do tema personalidades da região provenientes de diversas áreas – autarquias, universidades, movimentos associativos... – para afluência de dúvidas, consolidar convicções e pensar soluções.

O futuro do Alentejo enquanto região administrativa será o ponto de partida e a questão em torno da qual irão girar as intervenções, nomeadamente no que diz respeito ao seu futuro modelo e modo de funcionamento. Partindo do princípio de que a criação de uma única região para o Alentejo constitui uma convicção há muito defendida pela maioria dos alentejanos, a questão das suas fronteiras já não fará parte do leque de temas deste décima edição.

Distribuindo-se por quatro sessões de trabalho, o X Congresso sobre o Alentejo debruçar-se-á, numa primeira fase, sobre o tema “Órgãos Regionais – Competências e atribuições, financiamento e relações institucionais”. Uma questão que será abordada, na sua primeira vertente, por Carmelo Aires, vereador da Câmara Municipal de Évora e, na segunda, por Rogério de Brito, presidente da Câmara Municipal de Alcácer do Sal e do Conselho da Região da CCRA. Numa segunda fase dos trabalhos, Joaquim Miranda,



Os alentejanos voltam a reunir-se, amanhã, em Serpa, agora para debater a futura Região Alentejo

deputado europeu, pronunciar-se-á sobre a questão das “Relações institucionais na União Europeia”.

“A região como factor de desenvolvimento regional” constitui o ponto de partida para a terceira etapa das intervenções. Bento Rosado, gestor do PORA, e Rosa Fernandes, presidente do Instituto Politécnico de Beja, abordam a questão do desenvolvimento regional, privilegiando esta última intervenção a óptica do ensino. Ainda neste âmbito, serão apresentados alguns planos de desenvolvimento regional, desta vez a cargo de Josué Caldeira, assessor da Associação de Municípios do Distrito de Évora. Para finalizar a última sessão de trabalhos, a directora regional do Ordenamento do Território, Margarida Cancela de Abreu, efectuará

uma comunicação em torno da questão do ordenamento do território no quadro da regionalização.

Depois das intervenções especializadas, em que serão afloradas questões essenciais para uma melhor compreensão do processo de criação de regiões administrativas, seguir-se-á um período de discussão e debate, seguramente participado e enriquecedor para os presentes. À noite, após a apresentação das conclusões e da intervenção de encerramento, com as conclusões, o debate dará lugar à componente lúdica e cultural, algo que também não foi esquecido nesta décima edição do Congresso sobre o Alentejo. Está previsto um espectáculo musical no Cine-Teatro Municipal onde também decorrem os trabalhos dos congressistas. □

Um marco na caminhada

Espaço de debate democrático que se pretende cada vez mais representativo das diferentes opiniões e sensibilidades dos alentejanos, o Congresso sobre o Alentejo tem procurado, ao longo dos anos, abordar de forma séria e construtiva as questões consideradas de maior importância em cada momento.

Desde 1985, em Évora e em Beja por duas vezes, em Sines, em Elvas, em Portalegre, em Moura e em Estremoz, grandes temas como o desenvolvimento, Alqueva, a seca ou a regionalização mobilizaram os alentejanos e foram objecto de discussões abertas que resultaram num melhor conhecimento da região e em propostas concretas para a solução dos seus problemas estruturais.

Apesar das inúmeras dificuldades e de algumas incompreensões encontradas, naturais quando se desbravam caminhos novos, é inegável que as nove edições do Congresso sobre o Alentejo constituem um valioso património de saberes e experiências, incontornável quando se trata de pensar e de construir o futuro da nossa terra.

Hoje, em vésperas do referendo nacional sobre a instituição em concreto das regiões administrativas, entendeu-se ser oportuno convocar o X Congresso (Extraordinário) sobre o Alentejo para prosseguir as reflexões produzidas em edições anteriores sobre a regionalização, essa velha aspiração dos alentejanos. E, evidentemente, para mobilizar vontades e inteligências para a campanha de esclarecimento sobre essa reforma democrática inscrita na Constituição da

República desde 1976 e sempre adiada, apesar de poder constituir mais um instrumento de desenvolvimento e de combate às assimetrias regionais.

O fórum de 17 de Outubro, na vila de Serpa, terá como lema “Regiões Administrativas – Factor de Coesão e Desenvolvimento”, sendo propostas duas grandes áreas temáticas de debate: 1. Órgãos regionais – competências e atribuições, financiamento e relações institucionais; e 2. A Região como factor de desenvolvimento.

Neste Congresso não se vai discutir se os participantes estão de acordo ou não com a regionalização, se querem uma ou duas regiões, pressupondo-se que esse debate já antes foi feito: os alentejanos optaram há muito pela regionalização e pela Região Alentejo. Por isso, agora, o objectivo é ir mais além e, como tem sido prática nas anteriores edições, trata-se de preparar o futuro – abordar concretamente o modelo e a forma de funcionamento da futura região administrativa do Alentejo e o seu papel na construção do desenvolvimento.

Espaço privilegiado de debate e momento de reafirmação da identidade cultural de um povo, o Congresso sobre o Alentejo, nesta sua décima edição, em Serpa, constituirá decerto mais um marco na caminhada dos alentejanos rumo a futuro melhor, num Portugal mais justo e fraterno. □

(Declaração do Secretariado do Congresso sobre o Alentejo)



João Rocha, presidente da Câmara de Serpa, é o anfitrião do X Congresso (Extraordinário) sobre o Alentejo que amanhã se realiza na Vila Branca com 400 participantes

A região tem futuro

Entrevista de Carlos Pereira

Em vésperas do X Congresso sobre o Alentejo, que terá a regionalização como tema, João Rocha, presidente da Câmara de Serpa e anfitrião do fórum, diz em entrevista que a futura região irá contribuir para “um Alentejo desenvolvido e com futuro”.

Pensa que, no referendo de 8 de Novembro, o Sim à instituição das regiões administrativas vai ganhar? E no Alentejo que resultados prevê?

É evidente que ninguém pode afirmar que o Sim vai ganhar, neste momento. O que posso dizer é que se impõe o esclarecimento sobre as vantagens que a criação das regiões administrativas pode trazer. É preciso explicar exactamente o que está em causa de uma forma clara e sem recorrer a argumentos falaciosos. E o que está em causa é a realização de uma forma da administração pública, de modo a que as populações possam ser as grandes beneficiadas, garantindo mais democracia para Portugal.

Os argumentos dos anti-regionalistas, do género “corrupção x 8”, não têm fundamento porque até parece que a corrupção só existe nas regiões administrativas ou porventura em estruturas eleitas. Nesse caso, em 1976, deveria ter existido o slogan “corrupção x 305”? O poder local foi criado com muito mais imprecisões do que as regiões. Por exemplo, a lei das competências saiu em 1977, a lei das finanças locais só surgiu em 1979. O que é que temos agora? Um poder local eficaz, cujo contributo para o desenvolvimento nacional e para a qualidade de vida dos portugue-

ses é incontornável. “Portugal dividido”? O País está dividido não só em 305 municípios, como em centenas de freguesias, em comarcas, em distritos, em dioceses, em regiões-plano, em direcções regionais disto e daquilo...

E quanto ao Alentejo?

Quando aos resultados no Alentejo, aquilo que posso reafirmar é que a regionalização foi sempre um desejo dos alentejanos, conscientes das riquezas e potencialidades desta região, tão esquecida pelos vários governos. Esta posição é patente nas conclusões dos anteriores congressos sobre o Alentejo, nas posições tomadas pelas assembleias municipais durante as consultas públicas, na capacidade de reivindicação e no poder de mobilização existente. Por outro lado, a existência no Alentejo de um poder local forte, organizado, com uma grande capacidade de concretização e uma profunda preocupação com o bem-estar das populações, pode ser um bom exemplo da importância de existir um poder regional, conhecedor da realidade e das necessidades, atento à participação de todos e garante de um correcto desenvolvimento regional.

As regiões não são novidade...

As autarquias regionais existem na Constituição da República desde 1976, tal como as autarquias locais. As regiões administrativas no continente fazem parte da organização da administração pública, não se está a inventar nada de novo. É urgente esta reforma, criando um nível intermédio de administração, que possa servir de articulação entre o poder local e o poder central, que seja um meio de tornar mais eficazes e mais

rápidas as relações entre estes dois extremos, que possa promover as potencialidades regionais em estreita ligação com os municípios.

Que benefícios vai trazer às populações a futura região Alentejo?

As regiões administrativas não podem ser encaradas como a solução de todos os problemas que existem, nem são uma fórmula que mudem de um momento para o outro as situações. Naturalmente que, no Alentejo, o panorama vai demorar ainda muito tempo a modificar-se. A criação da Região Alentejo não resolve, por si só, todos os problemas que existem, isso é impossível. Mas a criação das autarquias regionais, com uma intervenção centrada sobretudo nos domínios do desenvolvimento económico e do planeamento, permitindo a racionalização na gestão dos recursos nacionais e garantindo uma correcta coordenação e criteriosa distribuição dos investimentos públicos, irá claramente contribuir para um Alentejo desenvolvido e com futuro. Para além disto, a criação das regiões pode ser um factor de dinamização de todo o necessário processo de regionalização da administração periférica do Estado, segundo um modelo regional definido, em vez da actual desorganização e ineficácia existente, onde praticamente não existe capital de distrito com menos de 10 serviços desconcentrados. Isto é que tem trazido ao País e aos portugueses grandes custos. O que não podemos, de forma alguma, é continuar a aceitar calmamente que tudo o que não possa ser resolvido numa câmara municipal tenha que ir para despacho ministerial... □



Francisco Pacheco, experiente autarca alentejano, faz um balanço positivo dos anteriores congressos sobre o Alentejo e considera decisivo o referendo de 8 de Novembro

O referendo é decisivo

Entrevista de Rosário Fernandes

Francisco Pacheco é um dos autarcas com mais experiência no País. Esteve à frente da

Câmara de Sines durante duas décadas e, hoje, como presidente da Assembleia Municipal sineense, continua a lutar pelo progresso do Alentejo. Neste momento, a batalha é pela regionalização.

Porquê a ideia de fazer congressos sobre o Alentejo?

Nós já estamos a fazer a segunda versão destes congressos, pois a primeira apareceu na I República. Ainda antes desta, quando se começou a discutir a passagem das comarcas para os distritos, já se discutia na perspectiva de descentralizar o poder de Lisboa. A I República vai fazer isso. Alexandre Herculano dizia, em 1890, que os níveis de descentralização política seriam aqueles que a razão entendesse. Ou seja, a razão, o conhecimento da vida dirá os poderes que estão melhor em Lisboa, na região e no município, porque as leis são dinâmicas, construimo-las e alteramo-las, sempre procurando reforçar a democracia. Hoje, o Portas ficaria envergonhado se lesse aquilo. O Herculano diz isto contra os centralistas da altura, pois a descentralização não é o fim do Estado unitário, não é o caos administrativo ou o Orçamento de Estado descontrolado...

Todos percebemos que o Estado centralista não resolve os problemas a maior parte das vezes, que devemos ter outro nível de decisão, que não é a freguesia, nem o município — é uma região, órgão que deve ser eleito, fiscalizado, acompanhado, contestado, pressionado para cumprir com os programas apresentados. Recordo-me que o Estado Novo ainda fez uma tentativa de criar províncias, só que Salazar, com o seu pensamento centralista e fascizante, nunca lhes deu competências...

Porquê sempre a defesa de um só Alentejo?

Entendemos ser importante, já com uma compreensão global do Alentejo — o alentejano de Portalegre ou Elvas é tão alentejano como o de Odemira ou Barrancos. Esta unidade cultural e geográfica que o Alentejo sempre teve teria de nos fazer pensar na globalidade da região e decidimos avançar para um Congresso sobre o Alentejo, cujos com importantes como Alqueva, a regionalização, o desenvolvimento,



Francisco Pacheco: “Já Alexandre Herculano queria descentralizar...”

Os congressos contam com a participação de eleitos locais, activistas do movimento associativo, associações empresariais, sindicatos e professores universitários de todo o Alentejo, e na questão de Alqueva envolvemos também o Presidente da República, o primeiro-ministro e União Europeia. Mas, ao falar com eles, não íamos com bandeiras, placards ou panfletos, íamos com dados concretos, estudados e perfeitamente viáveis e fiáveis, quase indiscutíveis. E creio que a decisão favorável do Alqueva deve muito ao trabalho dos congressos.

Os defensores do Não às regiões dizem que as competências já deviam estar definidas...

A lei quadro votada por todos em 1991, na Assembleia da República, diz quais são as competências das regiões administrativas, poderá é faltar especificar. Diz que é o planeamento, o desenvolvimento, a coordenação da actividade municipal, a rede viária, os transportes, saúde, segurança social, educação, ambiente, ordenamento regional. Poderão é faltar especificações.

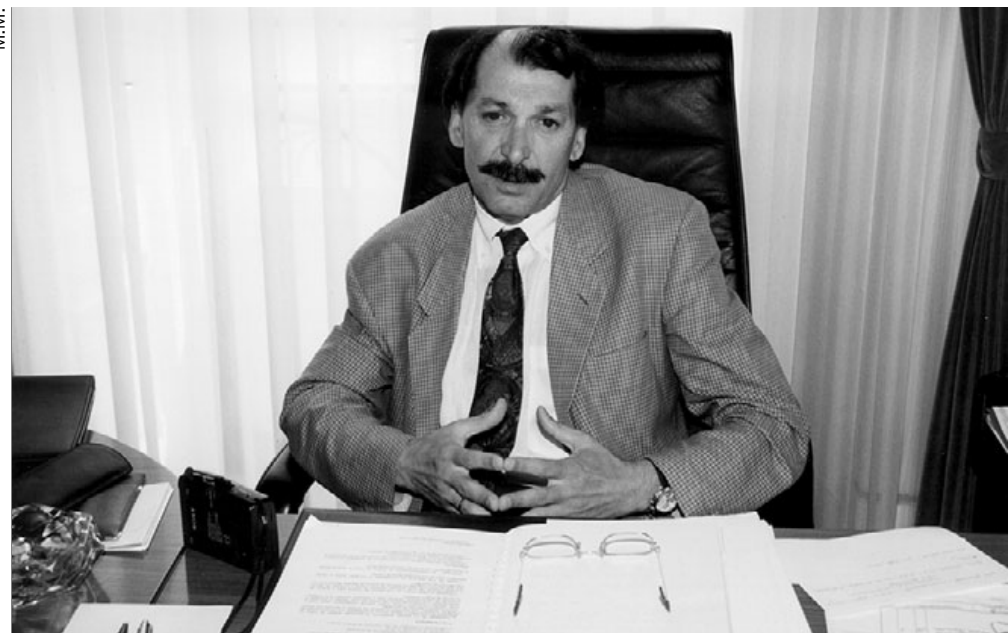
A primeira lei de atribuições e competências para os municípios que iriam ser eleitos saiu em Outubro de 1976, também com essas generalidades. Que queria dizer competências e atribuições

dos municípios? A gente não sabia, mas depois de cá estar soube. Quando as câmaras foram eleitas não tinham lei de finanças, nem sabíamos quanto íamos receber. A primeira lei saiu a 1 de Janeiro de 1979, estávamos nós a acabar o mandato que tinha começado em 1976!

Os municípios foram-se fortalecendo ao longo do tempo, criando mais competências, tendo melhor financiamento, às vezes com altos e baixos, pois se o Governo precisava de alguma coisa retirava-nos dinheiro! Apesar disso, o saldo do trabalho feito pelos municípios neste país é muito positivo e hoje o que temos em termos de capacidade de intervenção e de resolução dos problemas das pessoas já não é nada do que era há 20 anos atrás...

Está então optimista quanto ao resultado do referendo?

Este referendo é perfeitamente decisivo para o desenvolvimento do Alentejo. Até 8 de Novembro, temos de fazer um esforço para esclarecer melhor as pessoas. A nossa mensagem — de que a região não vai ser mais cara, vai trazer outro nível de decisão, os serviços públicos e agentes económicos vão poder funcionar melhor com as forças regionais — será compreendida e as pessoas vão perceber que a região lhes trará vantagens. □



João Rocha: “A regionalização foi sempre um desejo dos alentejanos”

desporto

Juventude e Desportivo
empatam em Évora pág. 29



vida

Despique e baldão
em Castro Verde pág. 19



Diário do Alentejo

ANO LXVII Nº 861 (II SÉRIE) • 23 A 29 DE OUTUBRO DE 1998 • JORNAL REGIONALISTA INDEPENDENTE • DIRECTOR INTERINO: CARLOS LOPES PEREIRA • SAI ÀS SEXTAS-FEIRAS • 130\$00 • TAXA PAGA 7800 BEJA

editorial

Dar ao Alentejo uma oportunidade

Foi um êxito o X Congresso sobre o Alentejo, em Serpa, que debateu a criação das regiões administrativas. Foi um êxito pela excelente organização, pela quantidade e qualidade dos congressistas, pela diversidade e riqueza das intervenções, pela convergência de posições a que se chegou.

Por tudo isso e por representar um encorajamento a todos os que entendem que a regionalização é um instrumento importante para mais democracia e melhor desenvolvimento, o Congresso de Serpa representa um novo marco na luta pela criação da Região Alentejo. Em torno da qual se vai construindo um amplo consenso, apesar das vozes discordantes, cada vez mais isoladas e radicalizadas.

Dentro de 15 dias realiza-se o referendo nacional sobre a regionalização.

Há quem pense que a votação de 8 de Novembro era desnecessária, por se tratar de matéria consagrada na Constituição da República desde 1976, tendo sido imposta pelas direcções do PS e do PSD por estritas razões partidárias.

Uma vez que foi convocada a consulta, porém, importa que os cidadãos nela participem maciçamente – sobretudo aqueles que defendem as regiões administrativas, já que uma elevada abstenção poderá contribuir para o adiamento da sua instituição por largos anos.

Para quem acha que o Alentejo tem sido marginalizado e que a regionalização poderá trazer benefícios às regiões do interior e ao País, só há uma atitude coerente – a defesa do *Sim* no referendo. Outras posições só favorecerão o *Não* e a continuação do centralismo e das assimetrias regionais.

Nestas duas próximas semanas, tem de ser total o empenhamento dos defensores do *Sim* (duas vezes *Sim*) na campanha de esclarecimento e de convencimento dos cidadãos.

Compreendendo o que é a regionalização, não haverá quem a não defenda também. Conhecendo esta região, não haverá quem não queira dar ao Alentejo uma oportunidade.

Carlos Lopes Pereira

em foco

Mais de 500 pessoas participaram no X Congresso (extraordinário) sobre o Alentejo, no sábado, em Serpa, tendo reafirmado o apoio à regionalização e à Região Alentejo. O Congresso foi unânime: regionalizar é investir na democracia

Alentejo pelo Sim

“Unidos somos capazes de ir longe. Divididos somos capazes de dar as armas àqueles que estão a defender o *Não*”, afirmou o socialista Rondão de Almeida, presidente da Câmara de Elvas, no decorrer dos trabalhos do X Congresso sobre o Alentejo, em Serpa. Nas conclu-

sões do fórum, aprovadas por aclamação, afirma-se que as regiões administrativas são “um investimento na democracia” e apela-se aos defensores da regionalização “um real empenhamento para a vitória do *Sim*” no referendo de 8 de Novembro próximo. págs. 2 a 5

José Serrano



O secretariado permanente do Congresso presidiu à abertura do fórum de Serpa



Os presidentes das câmaras de Évora e Beja, Abílio Fernandes e Carreira Marques



Mais de meio milhar de congressistas assistiram aos trabalhos



O Cine-Teatro Municipal de Serpa acolheu o X Congresso sobre o Alentejo

beja

Morreu Armando Manso

Com 87 anos, morreu na terça-feira, em Beja, Armando Manso. Dirigente do PS, foi o primeiro presidente eleito da Câmara Municipal de Moura, tendo desempenhado também o cargo de governador civil do distrito. pág. 8

évora

Fábrica em Vendas Novas

Um grupo japonês vai instalar uma fábrica em Vendas Novas. É um investimento de dois milhões de contos que criará 30 empregos. A fábrica, pronta dentro de um ano, produzirá componentes para automóveis. pág. 11

política

Alentejo vai desfilar em Lisboa

O movimento “Alentejo: Sim à Regionalização, Por Portugal” organiza no domingo, 25, um desfile na Avenida da Liberdade, em Lisboa. A iniciativa tem o apoio de outros grupos de cidadãos favoráveis à regionalização. pág. 9

cultura

Medalha de Évora a Saramago

A Câmara de Évora atribuiu, por unanimidade, a medalha de ouro da cidade a José Saramago. O Nobel da Literatura, de quem se publica nesta edição mais um texto, recebe a medalha de Évora no próximo dia 28. págs. 25 e 32

Em foco

X CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO SOBRE O ALENTEJO REUNIU EM SERPA MAIS DE 500 PARTICIPANTES

Regionalizar é investir na democracia

Texto de Joana Gomes Correia • Fotos de José Serrano

"A democracia é um investimento no futuro e as regiões administrativas são um investimento na democracia". Com esta frase se pode resumir a lógica do Congresso (Extraordinário) sobre o Alentejo que no passado sábado, 17, se realizou em Serpa em defesa da regionalização e de uma só Região Alentejo. Com o imperativo de prestar mais alguns contributos para o esclarecimento das populações e discutir competências, meios, importância e urgência das regiões administrativas o X Congresso sobre o Alentejo reuniu mais de 500 pessoas dos mais variados sectores de actividade. Entre os autarcas destacou-se a ausência dos dirigentes socialistas de Beja que se batem pelo *Não* a um só Alentejo, colmatada com a presença de outros membros do mesmo partido que defendem o *Sim* às duas perguntas do referendo, nomeadamente o vereador da Câmara de Serpa, Silva Fernandes, o presidente da Câmara de Elvas, Rondão de Almeida, e outros vereadores do distrito de Évora. De destacar também a presença de autarcas do PSD, entre os quais José Raul Santos, que vai votar *Sim* às duas perguntas, e o vereador da Câmara de Évora, Carmelo Aires, que defende a regionalização mas apela à abstenção.

Numa abordagem às atribuições e competências, os congressistas concluíram que "a regionalização – para que constitua um processo de descentralização democrática, conforme o estabelecido na Constituição da República – terá de garantir que seja real a partilha do poder, para que possam ser cumpridos os planos e programas". Por outro lado e ainda perante a necessidade de a população se manter alerta, foi destacado que "para que haja verdadeira autonomia e responsabilização pela gestão no âmbito das competências das regiões administrativas, é necessário que a definição das suas competências não se limite a expressões como 'participar, colaborar, programar, acompanhar, apreciar, estudar' mas também contemple, em muitos domínios, as expressões 'promover, definir, executar, implementar', numa postura muito mais activa e participativa.

Com um claro *Sim* à regionalização e *Sim* ao Alentejo, os congressistas não deixaram de chamar a atenção para "a elaboração de toda a legislação subsequente à criação de regiões, nomeadamente às respectivas leis organizativas e a toda a legislação que definir a transferência das competências, dos meios e recursos da administração central para a regional".

Porquê esta preocupação? É que apesar de estar criada a lei quadro das regiões administrativas, aprovada por todos os partidos com assento na Assembleia da República, e de esta salvaguardar o que se pode considerar as questões essenciais da regionalização, há que acautelar a definição de leis orgânicas, de competências e de meios a criar

conforme as sensibilidades, os consensos e a realidade de cada região que venha a ser criada.

Para os detractores da regionalização este é um risco. Para os defensores do *Sim* é um mero instrumento da democracia, como todas as restantes leis que são elaboradas no País. Como argumento, o presidente da Câmara de Évora, Abílio Fernandes, responde à pergunta por si formulada: "Porque é que as pessoas se hão-de assustar com leis que vão sair da Assembleia da República? Por esta ordem de ideias podemos perguntar se não têm medo do futuro do País? Ainda por cima na regionalização já há uma lei quadro aprovada por unanimidade por todos os partidos. Já estão criados limites e condicionalismos das competências das regiões. Já temos propostas de dois partidos na Assembleia da República sobre as competências específicas, uma delas já aprovada na generalidade, que é a do PCP. Portanto, os argumentos que se referem às incógnitas, aos receios, são de quem não acredita na democracia porque esta tem riscos, tem sempre dúvidas e incertezas porque depende do voto, da participação dos cidadãos".

Autonomia não significa isolacionismo

Em matéria de finanças regionais, os congressistas concluíram que "o essencial para as regiões administrativas é que lhes seja assegurada a capacidade legal e financeira para executarem os programas que tenham aprovado com base nas suas competências. Isto é, "as futuras regiões disporão de legitimidade e de competência institucional legal para elaborar quer um plano de actividades, quer um programa de desenvolvimento". A afirmação pertence ao vereador social democrata na



No Congresso de Serpa, foi reafirmado por unanimidade o apoio à regionalização e à Região Alentejo

Câmara Municipal de Évora, Carmelo Aires, complementada com a chamada de atenção para que as regiões também disponham "de um leque de competências e de meios (financeiros e outros) que os permitam realizar. Embora respeitando os princípios básicos orientadores do modelo regional, nomeadamente, os que acautelam as prioridades e grandes linhas de actuação nacionais, as regiões terão que ter capacidade autónoma de gestão para concretizar esse plano e esse programa". Carmelo Aires ressaltou que "capacidade autónoma não significará um comportamento isolacionista face aos restantes níveis, mas adoptarão princípios e posturas de parceria, complementaridade, solidariedade e participação que serão

absolutamente indispensáveis para que o todo nacional funcione de forma conveniente para o País". O vereador prosseguiu que "as regiões não vão significar mais carga fiscal ou financeira para os cidadãos. Vão, no concreto, beneficiar a melhor definição de objectivos e de meios para a região traçar as suas prioridades e para as cumprir".

Apesar deste ponto de vista e dos contributos prestados a favor da regionalização, Carmelo Aires manifesta uma posição dúbia sobre o processo não acautando, contudo, a estratégia do seu partido. Para Carmelo Aires, "a regionalização é o único meio através do qual se podem corrigir as assimetrias do País, entendida como um meio para tal".

No entanto, e apesar de adiantar que não tem dela qualquer receio, deseja inclusivé que "seja feita", acresce que vai abster-se "face à forma inábil, apressada e pouco consensual como o processo foi desenvolvido". Perante isto o seu grande receio, segundo confessa, é que o *Não* vença sobre o *Sim* comprometendo assim a prossecução mais atempada do processo.

A acompanhar esta ideia e numa postura de desmentido relativamente aos detractores da regionalização, o presidente da Assembleia Municipal de Sines, Francisco Pacheco questionou "como será possível às regiões administrativas, com um ou dois por cento da despesa pública nacional, causarem o caos das fi-

nanças públicas nacionais? Se o certo é que o Governo administra 90 por cento da despesa pública nacional?". Também o comunista José Soeiro desmistificou a tese dos altos custos, lembrando que em relação ao financiamento "há regras estabelecidas quer pela Constituição da República, quer pelo princípio da solidariedade e da subsidiariedade, da participação nas receitas do Estado (o que deita por terra a tese de que com a regionalização vamos ter mais impostos) e por outro lado com propostas e ideias já avançadas".

Ao abordar as relações institucionais no quadro da regionalização, das suas vantagens e da inerente descentralização, os congressistas sublinharam o pas-

Rondão de Almeida (PS): “Nada temos a perder”



“Unidos somos capazes de ir longe. Divididos somos capazes de dar as armas àqueles que estão a defender o *Não*”. Este é um dos argumentos do socialista Rondão de Almeida na defesa de um só Alentejo e para desmontar a estratégia dos seus camaradas de Beja que se batem por duas regiões. O autarca de Elvas vai mais longe nas críticas aos socialistas de Beja: “Não

compreendo porque não estão aqui mais autarcas do PS. Não sei se se deixaram adormecer neste caso concreto ou se estão numa outra estratégia a promover debates pela regionalização”. Rondão de Almeida referiu ainda que “sendo alentejano vejo-me sempre numa única região. Não concordo nem me identifico com a estratégia do *Sim* à primeira pergunta e o *Não* à segunda questão do referendo”.

Sobre o Congresso em concreto, o presidente da Câmara de Elvas argumentou que “as intervenções foram muito pedagógicas e positivas mas levo uma desconfiança comigo: será que este tipo de mensagem, a meia dúzia de dias do referendo, tem possibilidades de passar junto das pessoas menos esclarecidas? Eu acho que não. A melhor forma era sair daqui um grande movimento que se pudesse espalhar por todas as aldeias através dos eleitos locais e cada um no seu local fizesse esse esclarecimento, de forma a dizerem às pessoas que a regionalização deve ser feita agora ou nunca”.

Para os que têm medo da regionalização a razão do *Sim* é incontornável: “Uma vez que estamos no Alentejo, na zona mais pobre do País e da Europa, nada temos a perder. É preciso mudar e para pior já não podemos ir”. □

José Raul Santos (PSD): “Votar duas vezes *Sim*”



“Este Congresso não é um clube e não tem brotoeira. Só não se sente bem nele quem, efectivamente, não está por bem e quem não veja com olhos de ver. Aqueles que nada querem fazer e nada querem mudar no Alentejo é que se escondem atrás da porta porque não têm soluções para o Alentejo”. É com esta máxima que José Raul Santos mostrou as suas convicções no X Congresso sobre o Alentejo afirmando ir votar *Sim* às duas perguntas do Alentejo, contrariamente à estratégia estipulada no seu partido.

Para o autarca de Ourique, “é sempre positivo que os autarcas alentejanos e outros elementos da sociedade civil tenham oportunidade de se reunir e discutir, olhos nos olhos, o que poderá ou não ser o futuro do Alentejo. Não basta discordar, dizer que somos contra ou a favor. É necessário debater ideias e apresentar soluções. Este Congresso permite a apresentação das propostas e soluções para os problemas que há muito afligem a região mais deprimida da Europa”.

José Raul Santos reforçou a determinação de que “de uma vez por todas os autarcas, para além do que já fizeram, para além do que tem sido a sua luta, têm que tomar posições muito concretas, radicais se necessário, para que o poder central e os senhores do Terreiro do Paço e até da Praça do Giraldo (em Évora) assumam de uma vez por todas a responsabilidade política pelo atraso, pela decadência e pelos males que assolam o Alentejo que passam pela agricultura, pela saúde, pela educação, passados que são mais de 20 anos de democracia”. □

Abílio Fernandes (CDU): “Toda a mudança tem oposição”



“É com base em leis que as regiões administrativas se vão reger. Não é com incógnitas. O avanço da regionalização não está dependente de factores aleatórios”. Abílio Fernandes desmonta assim os argumentos de quem espalha a dúvida acrescentando que “quem fala em incógnitas e em receios não acredita na democracia, porque esta tem riscos e incertezas por-

que depende do voto, da participação dos cidadãos. Toda a mudança tem a oposição das pessoas, até na sua casa. As pessoas só mudam quando percebem o alcance da mudança. É nesse sentido que o Congresso pretende dar um grande empurrão, uma grande achega para o esclarecimento sobre o que é e representa a regionalização e sobre o interesse do Alentejo ser uma região”.

Para Abílio Fernandes, “o Alentejo é uma zona riquíssima em todos os aspectos, incluindo os valores da própria condição humana. Portalegre, Évora, Beja e a zona do Litoral Alentejano são diferentes mas complementares e não opostos”. Por outro lado, o autarca de Évora lembra que “quando falamos de massa crítica não falamos só dos idosos que ficaram. Falamos nos jovens que hoje estão cá, que têm valor e que com a regionalização não precisarão de se ir embora e levar daqui a mais-valia que representam. Além disso, quando a regionalização avançar os alentejanos de todo o mundo vêm imediatamente para a sua terra porque estão a viver à alentejana no Canadá, no Norte da Europa, em qualquer canto do mundo, só porque na sua terra não têm possibilidades de viver e de se realizar como gostariam”. □



Algumas das mesas das presidências que dirigiram os trabalhos do Congresso de Serpa (em cima) e três dos oradores (em baixo)

so decisivo que esta representará para a racionalização, democratização e eficiência da máquina administrativa. Foi ainda realçada a importância da regionalização como nível intermédio e interlocutor político entre o poder local, central e comunitário (europeu) daqui resultando uma maior eficácia no tempo e na qualidade das soluções e respostas político-administrativas para os problemas de escala regional.

Regionalização responde à Europa das Regiões

Quanto à problemática da integração europeia, os congressistas concluíram ainda que a regionalização é a melhor resposta à Europa das regiões. “Para tal é de-

sejável que a participação regional em comités de acompanhamento e outros órgãos de consulta comunitários se efectue através de representantes legítimos do poder regional que, entre outras funções, tenha a legitimidade para representar a região Alentejo de forma organizada e permanente e que possua capacidade para se constituir como pressão regional junto das instâncias comunitárias”. Neste âmbito, o deputado europeu Joaquim Miranda referiu que “ao contrário do que acontece com outros países – e até com sectores de actividade nacionais – Portugal não dispõe de qualquer forma organizada e permanente de acompanhamento e de pressão regionais junto das instâncias co-

munitárias. Torna-se indispensável que tal aconteça ao menos como forma de garantir um conhecimento atempado ou mesmo antecipado de projectos e programas, dos respectivos *timings* de candidatura, dos critérios de selecção, dos principais executores (...) e, bem assim, com vista a assegurar um acompanhamento permanente e um magistério de influência na fase preparatória de decisões fundamentais”. Para o deputado “as actuais CCRs, enquanto órgãos desconcentrados do poder central, não representam, de facto, as regiões. E às autarquias, mesmo que associadas e apesar da respectiva representatividade local, faltam os meios, o domínio de certos instrumentos de âmbito

mais alargado que o seu e, fundamentalmente, falta a vocação regional, naturalmente, distinta, mesmo que complementar, da vocação municipal”.

Em termos de ordenamento do território, os congressistas destacaram a importância da escala regional articulada com as políticas municipais e nacionais de organização do espaço e de desenvolvimento económico e social. “Esta competência terá de equacionar uma nova realidade – a Região Alentejo face ao País, mas também na relação com as outras regiões – com os respectivos problemas, potencialidades e competitividade chegando-se, assim, ao maior desafio e à parte mais interessante – a formulação de propos-

tas de desenvolvimento para a região”.

Tratada a questão do desenvolvimento regional, os presentes no Congresso consideraram que é necessário a administração respeitar a relação entre os problemas nacionais, regionais e municipais devendo cada um ser resolvido ao seu nível.

Os congressistas consideraram ainda que “a definição de um modelo de desenvolvimento para a região, discutido e elaborado pela região, o envolvimento directo das populações e dos agentes regionais na definição das políticas e medidas para o desenvolvimento, a definição de instrumentos específicos de âmbito regional, de promoção do desenvolvimento e, por último, a

implementação de uma estratégia pela região, observadas a vida articulação, integração e concepção no quadro do desenvolvimento nacional e europeu, constituem os argumentos fundamentais para a afirmação do processo de regionalização”.

Em reacção aos argumentos dos defensores do *Não* à regionalização os participantes no Congresso desmontaram as suas teses e repudiaram, nomeadamente, a que acena para altos custos perguntando: “Quanto custa a democracia? Será que sendo cara não a queríamos?” Como conclusão saída do Congresso, “a democracia é um investimento no futuro e as regiões administrativas são um investimento na democracia”. □

JOÃO ROCHA NA SESSÃO DE ABERTURA DO X CONGRESSO SOBRE O ALENTEJO

“Mais vale o País num oito do que num zero”

O presidente da Câmara Municipal de Serpa, João Rocha, proferiu a intervenção de abertura do X Congresso (Extraordinário) sobre o Alentejo. O autarca desmontou os argumentos dos anti-regionalistas e apelou à mobilização dos que defendem a regionalização, no sentido de uma votação maioritária do *Sim* no referendo de 8 de Novembro.



Não é por o País ser pequeno que Portugal não é regionalizável. Não temos um País segmentado por rivalidades religiosas, étnicas, linguísticas ou culturais.

Ninguém quer fragmentar o País. O que se pretende é organizá-lo administrativamente para que as populações sejam melhor servidas e vivam melhor. E aqui gostaria de referir uma afirmação do presidente do governo regional de Castilha-La Mancha, durante a visita do Presidente Jorge Sampaio a Espanha, em Março de 1996. Afir-mava então o governante espanhol que “a Extremadura espanhola, antes da autonomia, era

tão pobre como o Alentejo e hoje é o que é”.

A regionalização não surgiu na história político-administrativa e constitucional por acaso, a regionalização é um instrumento que, complementado com outras medidas, se torna imprescindível para a reforma do Estado. É uma escolha, uma opção quanto aos modos de organização do Estado e da sociedade.

Regionalizar é organizar no âmbito de um espaço, que se convencionou chamar região, as decisões que têm consequências sobre esse espaço. Trata-se de decisões da mais variada natureza: política, económica, social, cultural, etc. Os seus efeitos podem manifestar-se no curto, médio e longo prazos. Um bom exemplo são as decisões a tomar em matéria de educação que, quaisquer que sejam, têm incidências em todos aqueles domínios e se estendem ao longo dos vários horizontes temporais. Assim como as questões do ordenamento e do desenvolvimento regional exigem uma dimensão que ultrapassa a dos municípios e obriga a uma proximidade que não se compadece com um Estado que tem o seu centro numa capital distante.



João Rocha, presidente da Câmara de Serpa, desmontou os argumentos dos anti-regionalistas

Regionalizar é permitir que haja uma coordenação dos diferentes sectores, situação que hoje não existe porque os órgãos desconcentrados estão todos voltados de costas uns para os outros.

Pôr em causa a democracia

Há quem defenda hoje o reforço do municipalismo, em alternativa política ao modelo de regionalização. Mas esses, en-

quanto estiveram no Governo, nada fizeram para dar mais poder de decisão às autarquias locais. E aprovaram a Lei Quadro das Regiões Administrativas, em 1991, que, aliás, foi aprovada por unanimidade.

Há quem diga que a regionalização vai aumentar a clientela política e que mais lugares políticos só serviriam para fazer mais despesa, obrigar a mais impostos, multiplicar a corrupção.

A despesa, há estudos nesse sentido, é irrelevante, a Lei Quadro não permite à região ter impostos e se a criação de novos cargos públicos (que substituam os cargos de nomeação actualmente existentes) eleitos e controlados democraticamente, significa aumentar os corruptos, então está-se a pôr em causa a própria democracia, que tanto nos custou a conquistar e a consolidar.

Há quem diga que a regionalização vai retalhar o País, tornando-o menos forte lá fora e criando mais divisões cá dentro, com clivagens artificiais. Isso não é verdade. É a Associação Nacional de Municípios Portugueses que o afirma deste modo: “A regionalização constitui um quadro claramente fortalecedor da unidade e da coesão nacionais que são em si mesmas um bem inestimável e que não pode ser posta em causa por qualquer geração de dirigentes políticos”.

Há, também, quem diga que Portugal é demasiado pequeno para poder ter regiões. Ora, a experiência regionalista de países como a Dinamarca (43.000 km²), a Holanda (41.526 km²), a Bélgica (30.518 km²) ou a Itália (201.000 km²) mostra-nos que estes argumentos são falaciosos. Todos estes países tem regiões e são países onde o desenvolvimento é inquestionável.

Amigos congressistas, façam minhas as palavras inscritas no manifesto que os autores e cantores lançaram a propósito do disco de apoio à regionalização. Tal como eles, digo que mais vale o País feito num oito do que num zero. (...) □

Largo consenso em torno da Região Alentejo

Por unanimidade e aclamação, o X Congresso (Extraordinário) sobre o Alentejo aprovou as seguintes conclusões:

1. “O X Congresso sobre o Alentejo contou com a participação de 556 congressistas. Dos congressistas presentes 239 representam câmaras e assembleias municipais, juntas e assembleias de freguesia, associações de municípios e regiões de turismo. 317 congressistas representam um total de 118 organizações, entre partidos políticos, movimentos nacionais pelo *Sim*, imprensa regional, grupos desportivos e culturais, associações de estudantes, associações de reformados, casas do povo, escolas do ensino universitário, politécnico e secundário, associações de bombeiros, sindicatos, comissões de trabalhadores, associações de caçadores, associações de deficientes, associações de desenvolvimento regional e local, associações de empresários, cooperativas agrícolas, cooperativas de consumo e cooperativas de habitação, seguradoras, bem como vários empresários em nome individual e muitos congressistas a título individual. Participaram ainda congressistas em representação de vários organismos desconcentrados do Estado.

2. No decurso dos trabalhos, o Congresso aprovou, por aclamação, um voto de parabéns a José Saramago e prestou homenagem a António Alexandre Raposo, autarca alentejano recentemente falecido.

3. Ao referir-se às atribuições e competências, o Congresso sublinhou que a regionalização, para que constitua um processo de descentralização democrática, conforme o estabelecido na Constituição da República, terá que garantir que seja real a partilha do poder, para que possam ser cumpridos os planos e programas. Para que haja verdadeira autonomia e responsabilização pela gestão no âmbito das competências das regiões administrativas é necessário que a definição de tais competências não se limite a expressões como “participar, colaborar, programar, acompanhar, apreciar, estudar” mas também contemple, em muitos domínios, as expressões de “promover, definir, executar, implementar”. Há, pois, que estar atentos à elaboração de toda a legislação subsequente à criação de regiões, nomeadamente às respectivas leis organizativas e a toda a legislação que definir a transferência das competências e dos meios e recursos da administração central para a regional.

4. Em matéria de finanças regionais, o Congresso sublinhou que o essencial para as regiões administrativas é que lhes seja assegurada a capacidade legal e financeira para executarem os programas que tenham aprovado com base nas suas competências. O Congresso assinalou, ainda, que a lei de finanças regionais deve adoptar como critérios de distribuição “o financiamento estrutural e o financiamento de desenvolvimento”.



Jorge Pinto, vereador de Évora, leu as conclusões do Congresso

5. O Congresso, ao abordar as relações institucionais no quadro da regionalização, sublinhou as vantagens da regionalização e da inerente descentralização como passo decisivo para a racionalização, democratização e eficiência da administração e da máquina administrativa. Foi ainda considerado que a regionalização institui o necessário interlocutor político entre os níveis locais e o poder central e comunitário, daqui resultando uma maior eficácia no tempo e na qualidade das soluções e respostas político-administrativas para os problemas de escala regional. Na abordagem da institucionalização das regiões foi realçada a vantagem que constituirá o estabelecimento de critérios e parâmetros objectivos de distribuição do investimento nacional e comunitário, pondo fim a orçamentos de Estado elaborados de forma arbitrária e, não raras vezes, condicionados por interesses dos governos.

6. O Congresso, ao abordar a problemática da integração europeia, concluiu que as regiões constituem a melhor resposta à lógica regionalizante comunitária. Como tal, é desejável que a participação regional em comités de acompanhamento e outros órgãos de consulta comunitários se efectue através de representantes legítimos do poder autárquico regional, que, entre outras funções, tenham a legitimidade para representar a Região Alentejo de forma organizada e permanente e que possuam capacidade para se constituir como pressão regional junto das instâncias comunitárias.

Ainda no que se refere às competências, o Congresso deu particular destaque à instituição do nível regional de ordenamento do território articulando-o com as políticas nacionais e municipais de organização do espaço e de desenvolvimento económico e social. Esta

competência terá que equacionar uma realidade nova – a Região Alentejo face ao País, mas também na relação com as outras regiões – com os respectivos problemas, potencialidades e competitividade chegando-se, assim, ao maior desafio, à parte mais interessante – a formulação de propostas de desenvolvimento para a região.

7. O Congresso, ao abordar o papel da região como factor de desenvolvimento regional, considerou que é necessário que a administração respeite uma relação consequente entre os problemas do território, isto é, um problema nacional deve ter uma decisão nacional, um problema local deve ter uma decisão local e um problema regional tem que ter igualmente uma relação consequente, ou seja, os problemas regionais têm que ser decididos nas regiões.

Não se percebe tanta confusão sobre esta matéria se, na substância, os factos e a prática da governação central e local já confirmam o nível regional, faltando apenas a sua legitimação democrática.

O Congresso considerou ainda que a definição de um modelo de desenvolvimento para a região, discutido e elaborado pela região; o envolvimento directo das populações e dos agentes regionais na definição das políticas e medidas para o desenvolvimento; a definição de instrumentos específicos de âmbito regional de promoção do desenvolvimento; e, por último, a implementação pela região, de uma estratégia da região, e tudo isto devidamente articulado, integrado e concebido no quadro do desenvolvimento nacional e europeu, constituirão hoje, certamente, os argumentos fundamentais para a afirmação do processo de regionalização como factor de coesão e desenvolvimento.

8. O Congresso lembrou que há muito que conseguiu atingir um largo consenso em torno de uma única região alentejana relegando para plano secundário a tese das duas regiões, posição que, oportunamente, foi aprovada por 43 das 47 assembleias municipais do Alentejo.

9. O Congresso desmontou de forma clara os principais argumentos dos adversários da regionalização, demonstrando que, no essencial, os mesmos se baseiam em falsos argumentos. De entre estes, o Congresso repudiou claramente a tese dos custos, perguntando: quando custa a democracia? Será que sendo cara não a quereríamos? Será que não a criando por excesso de custos preferiríamos a ditadura? Para o Congresso a democracia é um investimento no futuro e as regiões administrativas são um investimento na democracia.

10. Finalmente, em relação ao referendo nacional de 8 de Novembro, o Congresso é de opinião que, uma vez que tal consulta foi marcada, se impõe aos defensores da regionalização um real empenhamento para a vitória do *Sim*. □

FRANCISCO DO Ó PACHECO

No meio está a virtude

Francisco Pacheco, durante mais de 20 anos presidente da Câmara de Sines, e actual presidente da Assembleia Municipal sineense, participou na organização de todos os congressos sobre o Alentejo. No de Serpa, fez uma intervenção em defesa da regionalização e da Região Alentejo. Com argumentos e humor, justificou a necessidade da criação de regiões administrativas.

Há 13 anos que iniciámos este fórum alentejano a que chamámos Congresso sobre o Alentejo e cuja primeira edição se realizou nas instalações da Universidade de Évora, em 1985.

Podemos considerar que em relação à matéria específica deste X Congresso – regionalização administrativa – as nove edições anteriores abordaram-na em duas fases distintas.

Numa primeira fase, os primeiros quatro congressos, em Évora, Beja, Elvas e Sines, em que a discussão em torno da região ou das regiões alentejanas prevaleceu sobre a discussão das atribuições, competências e financiamento regionais.

Uma segunda fase, dos segundos cinco congressos em Portalegre, Évora, Beja, Moura e Estremoz, em que prevaleceu a discussão sobre desenvolvimento regional e em que decididamente o fórum Congresso já conseguiu atingir um largo consenso em torno de uma única região alentejana relegando para plano secundário a tese das duas regiões.

Aliás, mais recentemente, quando a Assembleia da República questionou as 47 assembleias municipais alentejanas sobre os limites geográficos da Região Alentejo, 43 pronunciaram-se favoravelmente a uma só região.

Creio que não fará mal recordar aqui algumas ideias for-

ça que os inimigos ou detractores da regionalização têm utilizado nestes últimos tempos.

“A regionalização igual a caos no Estado português”, tese defendida por Barbosa de Melo, que pouco difere da nova tese de Cavaco Silva: “Regionalização igual a ingovernabilidade de Portugal, caos das finanças públicas, não cumprimento dos critérios de Maastricht, isto é, passagem de Portugal do pelotão da frente para o carro vassoura”.

Sabemos que a administração pública é má, que os serviços públicos funcionam mal, que o povo português precisa de manter uma paciência ilimitada para suportar os atrasos, os esquecimentos, as bichas, as ameaças veladas, o venha cá para a semana, etc.

Todos estamos fartos de esperar indefinidamente por concursos nacionais da direcção geral X ou Y para comprar fogões para escolas ou aquecedores para centros de saúde, ou do presidente do instituto tal ou tal para emitir procurações, ou do sr. secretário de Estado tal ou tal que está a fazer o levantamento nacional das necessidades do sector. E que, um ano depois, arquiva tudo depois de pedir aos 305 municípios que enviem a relação...

E, com franqueza, senhores congressistas, como será possível às regiões administrativas, com 1 ou 2 por cento da despesa pública nacional, causarem o caos das finanças públicas nacionais? Se o certo é que o Governo administra 90 por cento da despesa pública nacional?...

“Não sendo o que são são aquilo que eu pareço”

Já tivemos ministérios da Reforma Administrativa, secretarias de Estado da Modernização Administrativa, e tudo continua como dantes, o que significa que a desconcentração administrativa não é suficiente.

Outra ideia força com que nos têm brindado é a de com a regionalização teremos uma nova clas-

se política regional constituída por ex-reclusos, traficantes de droga, corruptos, marginais, oportunistas e tachistas. Enfim, a escória mais apurada da nossa sociedade. Quer dizer: no topo e na base da classe política portuguesa os governantes, os deputados e os autarcas... Todos santos! No meio, todos pecadores... O que contraria o velho ditado popular que diz que “no meio é que está a virtude”.

Retirada a ironia, repudiamos veementemente este tipo de afirmações e insinuações ofensivas da nossa inteligência e perturbadoras da nossa democracia.

Uma terceira ideia força dos inimigos ou detractores da regionalização é o preço: a região será boa se for barata. Isto é, quanto custa?

Os adversários da regionalização são pessoas com experiência de vida, com experiência de desempenho de cargos públicos e de cargos políticos. Se por ventura depois da regionalização, depois da realização de eleições regionais, esta espécie de gente passasse a desempenhar cargos políticos regionais tudo fariam para dar razão a si próprios. Isto é, seguir-se-ia o rol dos contratados, dos assessores, dos adjuntos, dos secretários, dos consultores, dos estudos nas empresas dos compadres, etc. Serve-lhes perfeitamente a velha quadra do Aleixo:

“Há quem me chame ladrão mas há muitos que eu conheço que não sendo o que são são aquilo que eu pareço”

Mas, caros congressistas, convenhamos que a tese dos custos é perigosa e confunde os portugueses. Por aberrante que possa parecer, perguntemos a nós próprios: quanto custa a democracia? Será que sendo cara não a quereríamos? Será que não a criando por excesso de custos preferiríamos a ditadura? Os anti-regionalistas ainda não perceberam, mas nós sim, que a democracia é um investimento no futuro e que as regiões administrativas são um investimento na democracia. (...) □



A futura região administrativa constitui um “instrumento indispensável à afirmação do Alentejo”

JOSÉ MARIA PÓS-DE-MINA NO ENCERRAMENTO

Congresso extraordinário

O presidente da Câmara de Moura e da Associação de Defesa de Alqueva, José Maria Pós-de-Mina, fez a intervenção de encerramento do X Congresso (Extraordinário) sobre o Alentejo. Considerou que o fórum decorreu de forma extraordinária, pela diversidade e qualidade das intervenções, pela quantidade de presenças, pela riqueza das conclusões, pela excelência da organização. O autarca lembrou a importância dos anteriores congressos na resolução dos grandes problemas do Alentejo.

Deu-me a organização a honra de proferir a intervenção de encerramento deste X Congresso sobre o Alentejo tendo como tema central “As regiões administrativas – factor de coesão e desenvolvimento”.

Extraordinário lhe chamámos. De forma extraordinária o realizámos. Pela diversidade e qualidade das intervenções. Pela quantidade de presenças. Pela riqueza das conclusões. Pela excelência da organização. Aqui cabe uma mensagem especial de agradecimento a todos os que contribuíram com o seu trabalho, esforço e vontade para a realização deste Congresso, merecendo um louvor especial a acção desenvolvida pelos funcionários da Câmara Municipal de Serpa.

Este Congresso que agora encerramos, realizado no momento oportuno, demonstra clara e inequivocamente que os alentejanos estão atentos às realidades e estão dispostos a intervir por todos os meios ao seu alcance, para que as grandes decisões nacionais e regionais tenham o seu cunho.

Sublinhamos o papel dos diversos congressos já realizados, desde o primeiro, em 1985, na decisão das grandes questões do Alentejo. Desde Alqueva ao reconhecimento da necessidade da

criação das regiões, passando pela defesa de uma política que promova o investimento e o desenvolvimento na região, ou como demonstração de preocupação de resoluções de problemas específicos como foi o caso das questões da água e da seca.

Estes congressos sempre tiveram um papel importante como contribuição para a definição de orientações para os mais diversos sectores de actividade. O Congresso é um fórum de debate e um manancial de informação sobre as potencialidades e realidades do Alentejo. Toda a documentação produzida, duma riqueza inestimável, constitui um acervo importante e uma ferramenta de grande relevância que a futura Região Alentejo não deixará de aproveitar para a definição das suas políticas e orientações.

Foi inquestionável o papel desempenhado pelos congressos no prosseguimento das obras de Alqueva. O empreendimento é hoje uma realidade em franco progresso. Aspiraço de sempre dos alentejanos, entendemos que a sua concretização se deveu sobretudo à nossa persistência e empenho, sempre reafirmada e renovada. As obras não são propriedade deste ou daquele governante que assina o despacho de aprovação. As obras são propriedade dum povo, que por elas luta, nelas se revê e com elas constrói um futuro melhor.

Mas a Barragem não é só um paredão. É necessário definir opções e modelos de desenvolvimento, em particular no que diz respeito à gestão dos recursos hídricos e à política agrícola. O Congresso sobre o Alentejo continuará a preocupar-se com este assunto e não nos eximiremos às responsabilidades que nos cabem nesta matéria.

A chave do sucesso: o poder próximo dos cidadãos

Por este Congresso de Serpa passaram mais de 500 pessoas.

Este Congresso evidenciou

com clareza uma firme vontade dos alentejanos na defesa da criação das Regiões Administrativas e na defesa da instituição da Região Alentejo. A variedade das organizações, estruturas e instituições presentes, representativas dum Alentejo em movimento, que queremos melhorar, transmite-nos a confiança indispensável para travarmos a batalha que temos pela frente. O consenso manifestado entre pessoas de diversas perspectivas políticas prova a justeza da defesa do Sim.

O tipo de argumento utilizado pelos adversários da regionalização, prova a sua mentalidade tacanha e a sua dificuldade em compreender a capacidade empreendedora e transformadora dos portugueses. Veja-se a dinâmica imposta pelos representantes do Poder Local desde a Revolução de Abril. Partindo do nada, conquistaram a pulso o papel relevante que as autarquias locais desempenham na sociedade portuguesa. Fundada sobretudo numa estreita ligação com as populações e na capacidade para interpretar e concretizar os seus anseios e aspirações. Porque os representantes estão próximos dos representados. É esta a chave do sucesso e a pedra de toque da clara vantagem e superioridade da criação das regiões em relação à situação com que nos defrontamos hoje.

O Congresso, na esteira de conclusões anteriores, reiterou a defesa da criação da Região do Alentejo como um meio de desenvolvimento, de mais democracia, de transparência, de responsabilização política e de participação dos cidadãos. Temos tudo a ganhar e nada a perder com a criação das regiões. Embora não constituindo uma panaceia que tal e qual uma varinha mágica resolva todos os nossos problemas, constitui um instrumento indispensável à afirmação do Alentejo, como um espaço onde dê gosto viver e trabalhar, e onde o progresso possa ser uma realidade. (...) □



Francisco Pacheco: a democracia não tem preço